



## **Manifestações, Mídias e Espaços Populares<sup>1</sup>**

Thiago Cardoso FRANCO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### **Resumo**

Este artigo pretende abordar a relação da cidadania, com a esfera pública popular e seus espaços, inserida no contexto midiático. Dessa forma, há um breve acompanhamento do processo de evolução do jornalismo político em comparação com as novas formas de ativismo e participação político/popular. O método é uma discussão crítica e teórica a partir de um paralelo entre a Revolta do Vintém do século XIX e as Jornadas de Junho ocorridas em 2013. O objetivo é desconstruir as relações diretas que podem ocorrer entre as duas manifestações. Parece haver uma precipitação ao fazer a relação direta entre os dois movimentos sem levar em consideração os contextos históricos, nos quais abrangem ambos os temas.

### **Palavras-chave**

Manifestação; mídias; espaços populares.

### **Introdução ao Paralelo**

A idéia desse artigo surge a partir de paralelos sugeridos por diversos sites de jornais e de informação, entre a Revolta do Vintém (ocorrida no século XIX no Rio de Janeiro) e as Jornadas de Junho (manifestações que ocorreram em diversas partes do Brasil durante o mês de Junho de 2013).

Assim que as manifestações sucederam era fácil encontrar matérias do tipo: “Historiador compara protesto de hoje à revolta do vintém”<sup>3</sup>; “Saiba como as manifestações podem cair no Enem: Relacionar os protestos de 2013 a movimentos de outras épocas é importante para se dar bem na prova”<sup>4</sup>; ou simplesmente “Revolta do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Atualmente é aluno do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás - UFG. É especialista em Comunicação Integrada, pela Universidade Federal de Goiás (2008) e bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Goiás (2006).

<sup>3</sup> HISTORIADOR COMPARA PROTESTO DE HOJE À REVOLTA DO VINTÉM. **Brasil 247**, 20 de junho de 2013. Disponível em: < <http://www.brasil247.com/>>. Acesso em: 30 de jan. 2014

<sup>4</sup> SAIBA COMO AS MANIFESTAÇÕES PODEM CAIR NO ENEM. **Globo Educação**, Disponível em: < <http://educacao.globo.com/>>. Acesso em: 29 de abr. 2014



vintém”<sup>5</sup>. A relação entre os dois eventos é uma tarefa arriscada que esse artigo se propõe a realizar.

As palavras que serão dispostas adiante não têm a intenção de perpassar por toda a história da imprensa na construção do espaço público brasileiro. O autor pretende apenas separar alguns pontos que considera importante para o entendimento da livre circulação de ideias, manifestações populares e os primórdios da institucionalização da imprensa no país. A relação que se faz é a tentativa de exemplificar que no surgimento da imprensa brasileira o modelo habermasiano não se aplica nas terras tupiniquins. A partir desse ponto de vista se faz uma discussão de acordo com o momento atual.

Logo adiante serão abordados relatos históricos sobre espaço público popular, ambientes que manifestam elementos distintos da prática europeia. É por meio da história que esse artigo ilustra com alguns exemplos o comportamento popular em relação ao entendimento de cidadania e consumo da imprensa política e panfletária, principalmente no segundo momento imperial do Brasil..

### **Recortes Sobre Cidadania no Brasil**

A forma como foi feita a colonização portuguesa, no Brasil, não ajudou para a construção da cidadania. Os portugueses criaram, sim, uma enorme porção territorial que compartilhava de certa forma da mesma língua, cultura e religião. Mas, também restou após a independência uma população analfabeta, de sociedade escravocrata, de economia latifundiária e tudo isso regido por um Estado absolutista.

Os críticos da participação popular cometeram vários equívocos. O primeiro era achar que a população saída dominação colonial portuguesa pudesse, de uma hora para outra, comporta-se como cidadão atenienses, ou como cidadãos das pequenas comunidades norte-americanas. O Brasil não passara por nenhuma revolução, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França. O processo de aprendizado democrático tinha que ser, por força, lento e gradual. (CARVALHO, 2011, p.43)

Nesse período absolutista, outro erro foi não considerar que quem estava despreparado para a democracia era o governo e a elite, pois eram esses que compravam votos, forçavam os interesses políticos e ainda falsificavam as atas de votação. Quanto a

---

<sup>5</sup> REVOLTA DO VINTÉM. *Estadão* online. São Paulo, 30 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>> Acesso em: 28 fev. 2014.



atuação popular pode ser citado rapidamente alguns movimentos (durante Império e primeira República), que estão mais para levantes, insurreições populares resultantes da opressão coronelista ou do governo, do que para o povo esclarecido. De acordo com Carvalho (2011) e Dantas (2011) pode ser enquadrado como levante popular:

**Quadro 1:** Revoltas populares durante Império e primeira República

Revolta	Local	Data
Noite das Garrafadas	Rio de Janeiro	Abril de 1831
Cabanada	Pernambuco e Alagoas	1832 a 1835
Cabanagem	Pará	1834 a 1840
Sabinada	Bahia	1837 a 1838
Balaiada	Maranhão	1838 a 1841
Revolta do Quebra-Quilos	Rio de Janeiro	1871
	Nordeste	1874 a 1875
Guerra das Mulheres	Nordeste	1875 a 1876
República de Cunani	Amapá	1895 a 1900
Guerra de Canudos	Bahia	1896 a 1897
Revolução Acreana	Acre	1900 a 1903
Revolta da Vacina	Rio de Janeiro	1903
Guerra do Contestado	Santa Catarina e Paraná	1912 a 1916

**Fonte:** Adaptado de Carvalho (2011, p.7-83) e Dantas (2011)

Carvalho (2011) elenca acima as algumas das revoltas genuinamente populares com reivindicações pós a chegada da família real e pós a constituição de 1824, quando começou de fato alguma idéia sobre a construção de cidadania. No período colonial não existiu o sentimento de cidadania, pois a justiça, o poder do governo “terminava na porteira das grandes fazendas.” (CARVALHO, 2011, p.21). Contudo, não pode ser esquecida a existência da formação dos quilombos e alguns movimentos em etnias indígenas.

A conjuração mineira e baiana, ainda no período colonial, teve apoio popular. Contudo, ambas já eram influenciadas por idéias francesas esclarecidas de cunho racional-iluminista. Durante o Império houve a Guerra dos Farrapos ou Farroupilha, com grande apelo popular, mas também foi organizada pela elite, nesse caso de fazendeiros no Rio Grande do Sul.



Outro levante interessante, esse sim, com proporção popular é o do Vintém que começou no final de 1879 e terminou em 1880. Essa manifestação demonstra particularidades interessantes e é difundida de forma escassa. Os livros de história apenas citam a passagem, mas é um fato que tem estreita ligação com o jornalismo e será abordado logo adiante em um tópico específico.

Contudo, pode-se dizer que no caso do Brasil até 1930, não havia povo organizado politicamente e nem havia sentimento nacional. Os pequenos grupos familiarizados com a política eram os únicos responsáveis por algum acontecimento. O sentimento tardio talvez esteja relacionado com a educação formal, ou uma situação mais básica ainda: o analfabetismo.

A ordem cronológica da teoria de Marshall (1988) não se aplicou ao Brasil. Na história brasileira, primeiro vieram os direitos sociais implantados por um político ditador (Getúlio Vargas), que se tornou popular. As Leis do Trabalho foi uma marca de Vargas. A CLT implantada no Estado Novo resistiu a vários governos, golpes e está em vigor até hoje. Ao mesmo tempo, o período revela à baixa nos direitos políticos e civis.

Após o golpe de 64, o país caminhou para um período obscuro da história. A partir de 1969, com o General Médici, a pena de morte foi adotada novamente, lei que tinha sido excluída na proclamação da República. Em 1970, foi instituído a censura na imprensa, que eliminou a liberdade de opinião e junto veio a proibição de liberdade de reunião, os partidos era regulados pelo governo, direito cerceado de defesa de prisões arbitrárias, a justiça militar julgava crimes civis etc.

O AI-5 só foi revogado em 1978, com o general Ernesto Geisel. Nesse mesmo período houve uma espécie de abertura política, com a volta dos primeiros exilados políticos. A luta pela redemocratização resultou no movimento pelas eleições diretas em 1984, com grande participação popular, e após 1985 foram recuperados os direitos civis (liberdade de expressão, imprensa e organização). Em seguida veio a constituinte de 1988, que reuniu os direitos civis, políticos e sociais num só lugar.

A Constituição de 1988 é o documento mais liberal e democrático que o país já conheceu. Ficou conhecida como a Constituição Cidadã. A cidadania é conclamada logo no Artigo 1º (BRASIL, 2012, p.13). Contudo, em 1989, foi eleito de forma direta Fernando Collor, que perdeu o direito de continuar na presidência. Milhares de populares saíram às ruas para pedir a saída do novo presidente. As demais eleições, até o momento atual, seguiram o curso sem interrupções, de acordo com o que se espera de uma democracia.



Após 25 anos da Constituição Federal, José Murilo de Carvalho falou sobre o republicanismo, a democracia e a cidadania brasileira nos dias de hoje. Recentemente os brasileiros foram às ruas na forma de protestos sem causa única, que ficaram conhecidos como as ‘Jornadas de Junho’. As manifestações foram organizadas em diversas partes do Brasil de forma horizontal e em redes sociais. Da mesma forma que na década de 1980 as mídias tradicionais demoraram a dar importância aos eventos.

[...] em novembro de 1889 o povo assistiu bestificado à proclamação da República por políticos e militares; em junho de 2013, políticos e militares assistiram bestificados à invasão da República pelo povo nas ruas. A elite política brasileira, inclusive a que governa o país há 10 anos, precisa ser corrigida e educada pelos cidadãos e contribuintes. (CARVALHO, 2013, p.29)

As Jornadas de Junho foram relacionadas como eventos populares, com grande heterogeneidade de público participante e não institucionaliza (partidos, sindicatos, instituições de classe tentaram exibir bandeiras, mas eram reprimidos).

### **Surge Primeiro o Jornalismo Político**

De acordo com a visão de certa forma limitada a alguns países da Europa (Inglaterra, França e Alemanha), Habermas afirma que o modelo da esfera pública burguesa surge no âmbito literário (cafés, grupos de discussões literárias), e dessa surge à esfera pública política. Para o pensador alemão apenas o burguês era o cidadão, pois esse conquistou o direito de assim ser:

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como funcionalização (*Umfunktionierung*) da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. Graças a mediatização dela, esse conjunto de experiências da privacidade ligada ao público também ingressa na esfera pública política. (HABERMAS, 1984, p. 68)

Dados de 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro e Correio Braziliense foram os primeiros jornais aceitos oficialmente em território tupiniquim. Após algumas tentativas frustradas, a imprensa nasce tardiamente no Brasil. Ribeiro (2004b,p.29-34) lembra que diversos fatores contribuíram para o atraso no país. Entre as mais importantes estão a



censura do século XVI a 1820; a formação intelectual dos que viviam no território brasileiro; e na própria formação ainda medieval dos portugueses, que eram fortemente influenciados por práticas jesuíticas extremistas.

Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião publica nos factos, que excitão a curiosidade dos povos quero, além disso, traçar as melhorias da Sciencias, das artes, e n'uma palavra de tudo aquillo, que pode ser util á sociedade em geral. (CORREIO BRAZILIENSE, 1808, p.4)

O ambiente iluminista, próprio da discussão de idéias, só aparece de fato com a conjuração mineira (1789) e baiana (1798). Influenciados por ideias européias, os movimentos eram contrários a escravidão, tráfico negreiro, colonialismo, absolutismo e defendiam o livre comércio e a independência das colônias.

Aos conjurados de Vila Rica acrescentam-se o entusiasmo causados pela independência das colônias americanas e, aos da Bahia, a influência do processo revolucionário francês. A censura portuguesa não podia mais controlar como antes o ingresso no Brasil destas informações e das obras científicas, políticas e literárias discutidas em Portugal e na França, trazidas e cultivadas por brasileiros bem nascidos que pra lá se dirigiam em números crescentes com a finalidade de adquirir títulos universitários. (RIBEIRO, 2004b, p.34-35)

Após a fuga da Corte portuguesa rumo ao Brasil, D. João VI permitiu o funcionamento imprensa como mais um ato para compor a nova a sede da monarquia do que qualquer outra coisa. O que interessa na verdade é expor o surgimento de dois jornais: um diretamente ligado a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (Gazeta do Rio de Janeiro); o outro é impresso na Inglaterra, feito por Hipólito da Costa (Correio Braziliense ou Armazém Literário).

Ribeiro (2004b, p.37) mostra que inicialmente o Correio Braziliense foi o único jornal opinativo, informativo intelectual que foi capaz de debater assuntos de interesse público. Ao contrário do que descreve Habermas (1984) sobre alguns países da Europa, no Brasil primeiro surgiu o espaço de discussão política e depois o literário.

Hipólito da Costa, segundo Ribeiro (2004b, p.45), sob o manto do liberalismo e da livre expressão pretendia expor toda a luz da publicidade kantiana ao revelar a burocracia estatal portuguesa. Bem, isso esbarrou nos interesses do jornalista como também na censura da Corte portuguesa.



O que havia de fato era escassos leitores integrantes do que se poderia chamar de elite (funcionários públicos, fazendeiros medianos, integrantes da própria burocracia estatal). O que chega ser engraçado, pois a ‘revolução iluminista brasileira’ tão esclarecida por Hipólito nunca deslanchou e ele esperou isso durante 14 anos, tempo que o jornal foi veiculado no Brasil.

Diferentemente da elite inglesa, composto por grandes proprietários rurais financeiramente independentes dos rendimentos auferidos em cargos públicos, a elite brasileira não necessariamente compartilhava uma mesma origem social, mas dependia, em geral, dos rendimentos obtidos no serviço público e homogeneizava-se por treinamento e internalização de uma disciplina de carreira. Tornava-se, assim, elites burocráticas. (RIBEIRO, 2004b, p.59)

Hipólito da Costa foi importante, mesmo como iniciativa isolada, pois a partir do seu jornal houve uma tentativa de educação pelo jornalismo, para o conhecimento, para o debate de idéias. É notado que esse jornal estava muito mais preocupado com discussão racional-iluminista, com a opinião, do que exatamente o comércio. Contudo, a esfera pública imaginada pelo jornalista brasileiro só se torna mais visível com o sentimento constitucionalista, que toma corpo após a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820. Período no qual as sociedades secretas se espalham pelas capitânias. As lojas maçônicas se difundiram por toda Europa e no Brasil não foi diferente.

É importante ressaltar que a palavra ‘esfera’ deve ser entendida como algo que extrapola a noção espaço. No caso do Brasil, um contingente liberal de pessoas opositoristas a manutenção da Corte conservadora, apóia a independência, no qual se organiza em espaços secretos e também com o auxílio da imprensa.

José Bonifácio liderava a vertente chamada conservadora, mas que não se confundia com aquela de apoio ao absolutismo português. Proferia suas idéias na Gazeta do Rio de Janeiro, jornal, como já foi visto, de divulgação dos atos oficiais do Estado. Chefiava a maçonaria do apostolado, cuja a principal frente de oposição era a corrente liderada por Joaquim Gonçalves Ledo que, juntamente com Januário Barbosa, publicaram o Revérbero Constitucional Fluminense, jornal que alinhava a vertente liberal e democrática das lojas maçônicas reunidas na Grande Oriente. O Revérbero durou apenas o período do movimento pela independência (15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822), sendo essa, por excelência, a causa de sua existência. (RIBEIRO, 2004b, p. 70-71)



Além do apoio a independência a tomada de posição liberal resultou no inciso 4º do artigo 179 da Constituição do Império, jurada em 25 de março de 1824, que previa que todos podiam: “comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito”. (RIBEIRO, 2004b, p.72)

A independência trouxe benefícios para parte da burguesia da época, que praticava o jornalismo opinativo de cunho racional-iluminista. Contudo, vale lembrar que nesse episódio da ‘proclamação da liberdade de imprensa’, a sociedade ainda permaneceu escravocrata e absolutista. Apesar de todo rompante, a Lei Áurea, Lei Imperial n.º 3.353, só foi sancionada em 13 de maio de 1888. Direito fundamental que foi precedido pela Lei do Ventre Livre, Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos, e pela lei n.º 3.270 (Lei Saraiva-Cotegipe), de 28 de setembro de 1885, que regulava a extinção gradual do elemento servil.

Entre 1824 e a Proclamação da República, em 1889, surgiram inúmeros outros jornais, mas não serão abordados aqui. No entanto se torna importante dizer que é nesse momento inicial (a partir dos movimentos constitucionalistas da independência), que surgem os primeiros “jornalistas no sentido estrito senso do termo” (RIBEIRO, 2004b, p.75).

São considerados jornalistas percussores da profissão, pois já conseguiam reverberar outras opiniões além dos que produziam objetivamente a opinião pública. Os primeiros jornalistas promoviam a seleção e tematização de debates políticos, mas não eram exatamente profissionais. Não vivam do jornalismo. A prática jornalística era ofício para o reconhecimento intelectual/político e não profissional.

Mesmo com o surgimento da primeira empresa com projeto financeiro independente do governo, os jornalistas que ali trabalhavam eram políticos e intelectuais, que tinham cargos no governo ou viviam de outras rendas. A primeira empresa melhor definida foi o Jornal do Comércio, criado em 1827. O modelo estava muito próximo do Correio Braziliense, contudo era feito e distribuído no Brasil.

“Comportava um quadro de redatores responsáveis pelo noticiário econômico, nacional e estrangeiro e pela captação de anúncios”. (RIBEIRO, 2004b, p.119). O projeto do Jornal de Comércio era tão arrojado que conseguiu sobreviver até as últimas décadas do século XX, mesmo com o crescimento dos folhetins, do jornalismo literário e do informativo.





## **Imprensa, Movimento Popular e o Valor do Vintém**

Cidadãos, unamo-nos todos e mostremos ao governo que elle nada é quando o povo quer. [...] A comissão popular, incumbida de representar contra o regulamento dom imposto do vintém, resolveu enviar ao imperador a carta abaixo transcrita com a representação já publicada, e convocar o povo do Rio de Janeiro para um novo *meeting* amanhã ao meio dia, na Praça de Pedro II, onde o orador da comissão dr. Lopes Trovão tomará da palavra. (GAZETA DA NOITE, 1879, p.1)

O trecho do texto acima foi a convocação para a Revolta do Vintém, que aconteceu no dia primeiro de 1880. Carvalho (2011) lembra que por conta do aumento de um vintém na passagem do bonde, cerca de 5 mil pessoas foram as ruas protestar. O número é bastante questionável, outros autores apresentam cifras diferentes.

Na verdade, o número exato é algo de menor importância nesse momento. Vale lembrar que inicialmente organizada e incitada contra o Estado, a multidão ficou descontrolada quebrou coches, arrancou trilhos, espancou cocheiros, esfaqueou mulas e o movimento durou três dias. A manifestação popular não foi a primeira, mas possui muitos aspectos interessantes ligados à história da imprensa que valem ser ressaltados.

Mesmo diante da presença do analfabetismo, a condição popular não era sinônima de isolamento e total desinformação. A palavra popular se confunde na história com o termo povo. O popular pode ser entendido como algo de grande alcance, uma pessoa de muitos amigos, ou até mesmo político com muitos eleitores, ou ainda ser popular é ser do povo.

A revolta aconteceu num contexto de crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro e de aumento dos impostos. De acordo com Fernandes (2009, p.2) em meados do século XIX, a população da cidade duplicou e entre 1870 e 1890 havia 80 mil habitantes a mais, por conta do fluxo migratório.

A cidade carioca entrou em uma decadência e começou a ter problemas como surtos de tuberculose, varíola e febre amarela que foram associados também ao crescimento do número de estalagens, cortiços e a falta de higiene. Tudo isso por conta da superpopulação e uma crise na economia provocada pela desvalorização do café.

Artur Azevedo, um escritor de sátiras burlescas, retrata de forma irônica a situação que se passava naquele momento, em uma de suas peças teatrais escrita em 1877 e publicada em 1878. A cena acontece numa caverna escura onde os personagens são a Política, a Febre Amarela, Junta da Higiene e o Bedel que faz a chamada pra saber



se todos estão presentes. A citação é um pouco grande, devido ao fato de ser uma peça e logo contem diálogos, mas é interessante lembrar.

Política (Ao Bedel.) - Não falta ninguém?

Bedel - Não, ao que parece.

Política - Mas como não gosto de dúvidas, eu, a Política, a principal das calamidades brasileiras, que amo e dirijo todas as outras, ordeno procedas à chamada geral.

Bedel - É já. (Abrindo Um livro que tira de trás duma pedra.) - Política?

Política - Presente.

Bedel - A Fome? (Depois de pausa.) Não veio! Está jantando talvez. - Febre Amarela?

A Febre - Presente. (Vem à boca da cena.)

Eu não tenho cor Política, apesar de ser Amarela: não escolho as minhas vítimas, ataco a esta e àquela.

Bedel - A Junta da Higiene? (Silêncio.) Também não veio. Quer-me parecer que está ocupada com algum parecer. (AZEVEDO, 1983, p.326)

Parte da população (nas mais diversas camadas sócias) estava descontente com a decadência da cidade do Rio de Janeiro. Em 1878, o partido liberal, subiu ao poder. Desde então houve propostas de aumento de impostos que foram encaminhadas ao legislativo, no intuito de combater os déficits econômicos. Contudo, uma lei em especial criou um reboliço. A lei orçamentária anunciada em 13 de dezembro 1879, que incluiu o aumento de um vintém no transporte urbano.

Fernandes (2009, p.2-3) lembra que o transporte mais comum era o bonde, puxado a burro e o valor da passagem estava no valor de 200 réis. Um vintém equivalia a 20 réis, representada por uma moeda de cobre. Com esse valor se comprava 139 gramas de açúcar ou 250 gramas de farinha de mandioca.

Com dois vinténs comprava-se um exemplar da Gazeta da Noite. Jornal que era de posição republicana e que denunciou desde o primeiro momento o aumento na passagem de bonde. No mesmo 31 dezembro de 1879, dia que fez o agendamento para o *meeting* (reunião pública), divulgou a carta feita pela comissão popular (assinada por: Dr. Lopes Trovão, Dr. Ferro Cardoso, Joaquim Pedro da Costa) endereçada ao Imperador D. Pedro II. Acompanhe um trecho:

O assunto que nos preocupa já deve estar estudado por v.m., porque há seguramente quinze dias que elle é o thema obrigado dos artigos da imprensa e de todas as conversações de praça pública. Ou então, a v.m. não impressionam os assuntos de interesse público. A comissão



espera, portanto, que vos pronuncieis até amanhã pelo Diário Oficial, para aliviar-se do seu pesado encargo, amanhã mesmo, em *meeting* no largo do Paço da cidade. (GAZETA DA NOITE, 1879, p.1)

O médico e jornalista José da Silva Lopes Trovão era uma figura popular e já vinha fazendo reuniões em praça pública contra o aumento da passagem. Ele realizava propaganda republicana e falava contra o abuso dos impostos, tanto na praça quanto no jornal, no qual acabou se tornando um dos líderes do levante.

É claro que havia interesses republicanos por parte do médico. Num primeiro momento Trovão parece ter usado a população para ganhar força dentro do movimento republicano. Mas não escondia isso de ninguém, pois sempre proclamava a República nos artigos nos quais escrevia e/ou discursava em praça pública.

Sem a intenção de generalizar, essa perspectiva apresenta algumas semelhanças com o início dos movimentos populares/operários na Inglaterra. A palavra *meeting* não aparece por acaso na convocação da Gazeta da Noite. O vocabulário traduzido do inglês para o português significa reunião ou manifestação, termo próprio do século XIX, que era “um evento nem sempre festivo organizado para apoio de determinada política.” (BRIGGS; BURKE, 2006, p.101).

O *meeting* é uma herança do inglês John Wilkes, filho de comerciante rico, no qual começou sua carreira política fazendo campanha contra o Rei Jorge III com seu jornal, North Briton. Foi assim que se transformou em defensor das liberdades civis fundamentais na Inglaterra e se tornou líder das camadas populares em Londres, com grande apoio para movimentos de reformas democráticas. Wilkes foi preso diversas vezes. No ano de 1768 uma multidão se reuniu para exigir sua liberdade. Houve repressão da manifestação, na qual provocou várias mortes e dezenas de feridos.

Com práticas semelhantes das de Wilkes, Lopes Trovão contribui para que se tornassem “freqüentes as revoltas contra a má qualidade dos serviços públicos mais fundamentais, como transporte, a iluminação, o abastecimento de água.”<sup>6</sup> (CARVALHO, 2011, p.73).

Uma dessas reuniões é citada na carta publicada no jornal carioca Gazeta de Notícias do último dia de 1879. A petição (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1879, p.1)

---

<sup>6</sup> Apesar de algumas semelhanças é errado relacionar diretamente os movimentos de Lopes Trovão com as Jornadas de Junho. Lopes Trovão era um líder e tinha uma pauta bem definida. Já as Jornadas de Junho apresentou milhares de pautas sem líder definido, organizada por redes sociais em ambiente e época totalmente diferente do segundo Império.



ressaltava que todos os argumentos foram referendados por cerca de sete mil cidadãos que compareceram ao *meeting*, organizado três dias antes.

A reunião pública foi surpreendida por uma ação da polícia que dispersou todos os participantes. Por esse motivo, os integrantes da Comissão Popular pede ao Imperador que publique sua resposta no Diário Oficial. Fernandes (2009, p.4) resgata que D. Pedro II chegou a enviar um pedido de encontro com a delegação, mas Lopes Trovão recusou.

O primeiro dia de janeiro amanheceu calmo. À tarde, as forças políticas militantes distribuíram panfletos, convocando o povo para um novo comício, no Largo do Paço, em frente ao Chafariz do Mestre Valentim. Milhares de pessoas compareceram. Lopes Trovão discursou, propondo o boicote ao pagamento da passagem. A massa popular encheu a Rua Primeiro de Março, entre o Beco dos Barbeiros e a Rua do Ouvidor e, espontaneamente, dividiu-se em dois grupos. [...] O auge do motim se deu na Rua Uruguaiana, onde a força policial se uniu ao Exército, e confrontaram-se povo e militares. [...] Cerca de 4000 pessoas foram surpreendidas com 600 soldados avançando para as barricadas populares, levantadas com os paralelepípedos das calçadas. Tiros foram disparados. Houve três mortes e vinte feridos. (FERNANDES, 2009, p.4)

Se é verdade que o jornalismo panfletário de Lopes Trovão não tinha como obrigar as pessoas a pensar de acordo com a revolução que ele almejava, também é correto dizer que o ativista republicano sabia agendar<sup>7</sup> os temas que lhe interessavam em favor próprio. Lopes Trovão fazia parte da burguesia e era a favor da proclamação da república.

Mas é interessante esse trecho da história justamente pelo êxito de Lopes Trovão em provocar o poder da Coroa, que nesse momento teve que rever uma decisão já tomada. É claro que as camadas populares de certa forma serviram de instrumentos para o republicano, da mesma forma que serviram a Wilkes na Inglaterra.

Mas E.P. Thompson (2011) de forma geral irá mostrar que as primeiras manifestações são orquestradas por um líder integrante da burguesia com interesses próprios, mas que depois de certo tempo, as manifestações se tornam algo natural na construção da democracia, no sentido de buscar os direitos que são devidos.

Isso está muito próximo do que José Murilo de Carvalho já havia ressaltado que as pessoas aprenderam reivindicar outros serviços quando se sentiam prejudicadas de

---

<sup>7</sup> WOLF, M. **Teoria das comunicações de massa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.143-149.



alguma forma. Não está sendo defendido o termo consciência de classe, que inclusive Thompson (2011, p.11) acredita ser daninho, algo bem complicado.

O que se pretende é mostrar que toda vez que o poder hegemônico reprimia a ponto de sufocar, os subalternos se rebelavam, contudo sempre com um líder que organizava a manifestação de forma vertical. Carvalho (2011, p.83) lembra que até 1930 não existiu sentimento nacional e muito menos povo organizado, pois as manifestações ocorriam em resposta a uma ação hegemônica anterior.

### **Paralelo Resumido e Conclusões Iniciais**

As Jornadas de Junho ocorridas no Brasil no ano de 2013 podem ser interpretadas como populares, pois tiveram um longo alcance e é parte de um contexto do povo. Agora, esse povo deve ser compreendido como miscigenado, heterogêneo, ativo, participativo e intimamente ligado as redes sociais.

Embora nem todas as camadas do povo estivessem presentes, parte substantiva estava, e seu grau de descontentamento ficou claro para todos. Quebrou-se o estado hipnótico em que vivia o país. Esse é o caminho: de baixo para cima. A elite política brasileira, inclusive a que governa o país há 10 anos, precisa ser corrigida e educada pelos cidadãos e contribuintes. (CARVALHO, 2013, p.29)

A mídia, como instituição comercial, obedecendo aos interesses das empresas, muitas vezes mais que os interesses da imprensa, não conseguiu oferecer um espaço democrático, como o que foi disponibilizado nas redes digitais. Que fique claro: não foi a internet que fez o movimento, no entanto, fez toda a diferença na configuração que foi apresentada.

A internet, por meio das redes sociais, e as novas tecnologias serviram de ferramentas para as manifestações. Esses navegantes do espaço virtual materializaram as opiniões variadas, que não foram compreendidas na sua plenitude justamente pela configuração, pelo excesso de informação desarranjada que se encontrava nas redes e nas ruas. A avenida de cada cidade se tornou uma página da internet, arranjadas em um hipertexto fragmentado, com demandas variadas, sem um líder específico.

As ruas concretas receberam as páginas virtuais e se configuraram na mesma linguagem da cibercultura, pelo fato de arrolar uma quantidade infinita de demandas como se estivessem arquitetadas num site de pesquisa, no Facebook ou no Twitter, no qual cada cartaz era um hiperlink que dava acesso a outra infinidade de complexidades.



O que aconteceu em Junho de 2013 foi um hiper/compartilhamento em relação ao repúdio a corrupção, a falta de estrutura no transporte público e serviços essenciais (educação, saúde, entre outros), má gestão pública e outras pautas que não caberiam nesse artigo.

Jenkins (2009, p. 285-314) lembra a internet vem mudando a forma de se fazer política e a possibilidade de participação, na qual o ativismo está mais presente nas redes sociais do que nas mídias tradicionais. Talvez esse ponto tenha assustado as autoridades, não pelo risco dos participantes virarem massa de manobra de interesses escusos, mas, por conta da ausência de um negociador. Quando se fala em cidadania e conforme já exposto as esferas populares também demonstraram o gosto pelos assuntos de interesse público, pela informação pública de qualidade.

O fato é que as camadas populares em diversos momentos da história conquistaram direitos que garantiram de certa forma a participação nas discussões públicas e políticas. Nesse contexto nos interessa ressaltar que é um bem público do cidadão o direito a informação sem distorção e sem interesses comerciais.

O que o movimento de 2013 tem a ver com as manifestações do século XIX? Quase nada. Lopes Trovão fazia parte de uma frente para a Proclamação da República. De forma orquestrada fez um levante contra a Coroa. Falava com os letrados pela Gazeta da Noite e panfletava ideologias para o povo durante o dia em praça pública. Ele junto com outros republicanos foram mentores de um movimento que teve êxito em 1889.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, A. **Teatro de Artur Azevedo I**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1983.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. Os desafios à construção da cidadania brasileira. In.: Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Edição 428, São Leopoldo, 30 de set 2013, p.28-29.



CORREIO BRAZILIENSE. v.1, jun. 1808.

DANTAS, M. D. (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções**. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

FERNANDES, N. **A Revolta do Vintém**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009.

GAZETA DA NOITE, nº 228, 31 de dez.1879.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: ALEPH, 2009.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

RIBEIRO, L. M. **Comunicação e sociedade: Cultura, informação e espaço público**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e Espaço Público**: A institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-papers, 2004b.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. v.1 São Paulo: Paz e Terra, 2011.